



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0010380-48.2014.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes**
 Requerente: **MICHELLE HELOISA DE SOUZA**
 Requerido: **BANCO BRADESCARD S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

DE C I D O.

Trata-se de ação em que a autora alegou que mantinha cartão de crédito com o réu e aceitou proposta de migração para outro contendo *chip* em substituição ao anterior que não o tinha.

Alegou ainda que nessa ocasião realizou o pagamento da fatura que já fora emitida, no importe de R\$ 120,60, mas o réu nas faturas seguintes continuou cobrando tal valor (observou que sempre mantinha contato a esse respeito e era orientada a pagar a fatura com a subtração daquele montante, lançado por equívoco) e culminou por inseri-la perante órgãos de proteção ao crédito.

Ressalvando que sua negativação foi por isso indevida, almeja à declaração de inexigibilidade desse débito e ao recebimento de indenização por danos morais que experimentou.

As alegações da autora estão respaldadas na prova documental que amealhou aos autos, extraindo-se dela o pagamento da quantia debatida (R\$ 120,60 – fls. 02/03) e a sua indevida cobrança nas faturas seguintes (fls. 04 e 09), bem como a negativação daí decorrente (fl. 15).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

O réu em contestação não refutou especificamente os fatos articulados no relato exordial e tampouco se manifestou sobre os documentos que o instruíram, tecendo considerações genéricas que não se aplicam ao caso dos autos.

Nesse sentido, ele sequer se pronunciou sobre o pagamento feito pela autora demonstrado a fl. 03, além de não justificar diante disso por qual razão se teria implementado a inscrição dela junto a órgãos de proteção ao crédito.

Resta clara a partir daí a negligência do réu na hipótese.

Assentadas essas premissas, conclui-se que inexistia lastro à negativação da autora, de modo que o réu haverá de arcar com as consequências de sua conduta.

A principal delas consiste na reparação dos danos morais suportados pela autora em função do quadro delineado, não se podendo olvidar que a indevida negativação basta para a configuração deles consoante pacífica jurisprudência:

“Consoante jurisprudência firmada nesta Corte, o dano moral decorre do próprio ato lesivo de inscrição indevida junto aos órgãos de proteção ao crédito, independentemente da prova objetiva do abalo à honra e à reputação sofrida pela autora, que permite, na hipótese, facilmente presumir, gerando direito ao ressarcimento” (REsp 679.166/MT, Rel. Min. **JORGE SCARTEZZINI**).

“Em se tratando de cobrança indevida, de rigor o reconhecimento de que a inscrição do nome do apelante no rol dos inadimplentes foi também indevida, daí decorrendo o dano moral por ele reclamado, passível de indenização. É entendimento pacífico do Colendo Superior Tribunal de Justiça que nos casos de protesto indevido de título ou inscrição irregular em cadastros de inadimplentes o dano moral configura-se in re ipsa, prescindindo de prova, ainda que a prejudicada seja pessoa jurídica” (AgRg no REsp 860.704/DF, Rel, Min. **PAULO DE TARSO SANSEVERINO**).

No mesmo sentido: REsp. 110.091-MG, Rel. Min. **ALDIR PASSARINHO JÚNIOR**; Resp. nº 196.824, Rel. **CÉSAR ASFOR ROCHA**; REsp. 323.356-SC, Rel. **ANTÔNIO DE PÁDUA RIBEIRO**).

O valor da indenização, todavia, não poderá ser o proclamado pela autora, que transparece excessivo.

Assim, à míngua de preceito normativo que discipline a matéria, mas atento à condição econômica das partes e ao grau do aborrecimento experimentado, de um lado, bem como à necessidade da fixação não constituir enriquecimento indevido da parte e nem aviltar o sofrimento suportado, de outro lado, arbitro a indenização devida à autora em R\$ 7.000,00 (sete mil reais).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para declarar a inexigibilidade do débito tratado nos autos, no importe de R\$ 120,60, e dos encargos a ele correspondentes, bem como para condenar o réu a pagar ao autor a quantia de R\$ 7.000,00, acrescida de correção monetária, a partir desta data, e juros de mora, contados da citação, atualizado desde a propositura da ação.

Caso o réu não efetue o pagamento no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Torno definitiva a decisão de fls. 18/19.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 08 de novembro de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**